

Presidência da República
Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE (OE)



Secretaria do
Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. OBJETO: DESIGUALDADES VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	4
2. OBJETIVOS.....	4
3. ATOR: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	4
4. ESPAÇO DE ANÁLISE: O ESPAÇO DO PROBLEMA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	4
5. TEMPO DA ANÁLISE.....	4
6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
7. ESTRATÉGIA DE TRABALHO.....	5
8. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA.....	5
9. MÉTODO DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE.....	6
10. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO.....	8
11. ESTRUTURA GERAL DO OE.....	9
12. LINHA DE TEMPO – OPERAÇÃO DO OE.....	10
ANEXOS.....	11
CONSELHO DIRETOR DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE.....	11
COMITÊ TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE.....	11
COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE.....	12
ATIVIDADES REALIZADAS.....	13

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CDES

OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

Apresentação

O Projeto do “Observatório da Eqüidade” é parte da Agenda Nacional de Desenvolvimento construída e aprovada por consenso pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Agenda aponta a promoção da eqüidade como mote central do desenvolvimento do Brasil. Entre os grandes e complexos problemas a serem enfrentados, os Conselheiros e Conselheiras declaram a **“extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social”**.

Colocando como objetivo fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente, a **primeira diretriz** da a Agenda, propõe:

Adotar a eqüidade como o critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos. Incentivar a adoção do critério pela iniciativa privada. Estabelecer a obrigatoriedade de avaliação prévia de toda e qualquer ação governamental (envolvendo ou não recursos orçamentário-financeiros) quanto ao cumprimento do critério eqüidade.

A eqüidade como critério pressupõe capacidade e instrumentos para medir e acompanhar o enfrentamento do problema. A diretriz assinala a necessidade de metodologia adequada, prevê envolvimento do IPEA, IBGE e DIEESE no esforço e propõe a criação de um observatório da eqüidade.

Este projeto foi iniciado pelo Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais do CDES e desenvolvido por um subgrupo destacado para isso (GT Observatório da Eqüidade). Foi encaminhado ao Pleno do CDES e aprovado por consenso na reunião de março de 2006.

OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

1. Objeto: *DESIGUALDADES VIGENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA*

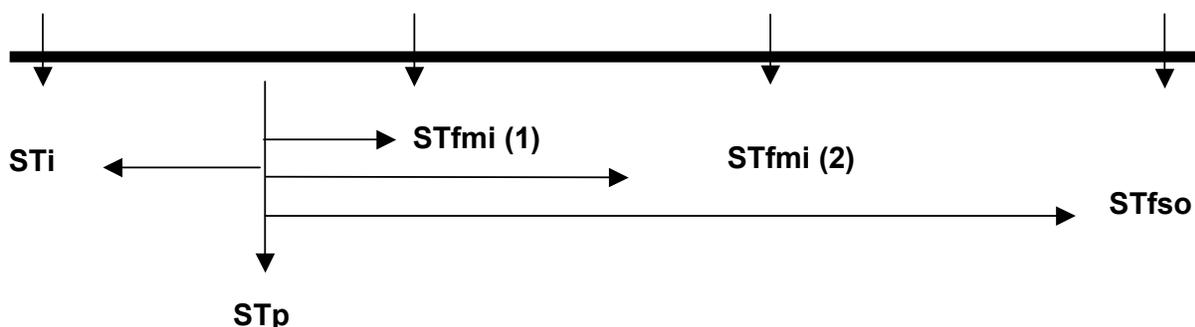
2. Objetivos:

- Capturar, com o maior rigor possível, os movimentos do fenômeno das desigualdades, com vistas a orientar as ações que objetivem superá-lo para o alcance da eqüidade.
- Propor políticas públicas e ações sociais em relação às situações observadas.

3. Ator: *CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL*

4. Espaço de análise: *O espaço do problema na sociedade brasileira.*

5. Tempo da análise:



STi = Situação inicial = situação de desigualdades

STp = Situação no momento da análise

STfmi = Tempo futuro (meta intermediária)

STfso = Tempo futuro situação objetivo (meta final)

6. Objetivos específicos:

- **Ampliar o conhecimento da sociedade sobre a situação de desigualdades**, as ações visando a sua superação e as metas perseguidas;
- Disponibilizar **informações sobre as ações, projetos, políticas e recursos** existentes que buscam materializar os objetivos e metas de superação da situação de desigualdades;
- Subsidiar o debate de organizações governamentais e não governamentais sobre os resultados alcançados;

- Ampliar a capacidade de a sociedade civil debater, **propor políticas públicas e ações sociais, monitorar, avaliar e cobrar resultados** das ações dos atores governamentais e não governamentais;
- Ampliar a **legitimidade social dos indicadores** de monitoramento.

7. Estratégia de Trabalho

- Ter um **Conselho Diretor**, responsável pela gestão do OE, constituído por 12 membros do CDES e mantida a diversidade de origem;
- Estruturar uma **Rede de Observação** envolvendo organizações e especialistas interessadas nas questões das desigualdade e de trabalhar de forma cooperativa;
- Ter um **Comitê Técnico**, responsável pela orientação dos procedimentos técnicos a serem adotados pelo OE, formado pelas instituições indicadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento – IPEA, IBGE, DIEESE e a SEDES, que exercerá sua Secretaria Executiva;
 - O **Comitê Técnico** terá uma **Secretaria Executiva**, exercida pela SEDES, responsável pela articulação da **Rede de Observação**, gestão dos recursos, organização das reuniões e outros eventos;
 - O **Comitê Técnico** constituirá uma **Equipe Técnica** para desenvolver os trabalhos técnicos em indicadores e análises, bem como para animação e organização da **Rede de Observação** e sistematização das suas contribuições. Articulará, também, outros aportes técnicos necessários envolvendo ministérios, universidades, instituições de pesquisa, organizações não governamentais e outros.

8. Estratégia Metodológica

- O **Pleno do CDES** define o problema e os aspectos a serem observados, a partir de proposta do **Conselho Diretor** elaborada em conjunto com o **Comitê Técnico**;
- O **Conselho Diretor** define o plano de trabalho e a metodologia, em conjunto com o **Comitê Técnico**;
- O **Comitê Técnico** mapeia os objetivos, metas existentes da ação governamental e não governamental, define indicadores e procedimentos técnicos;
- A **Rede de Observação** debate e contribui com informações e análises em reuniões trimestrais de acompanhamento e permanentemente em articulação com o OE;
- O **Comitê Técnico** elabora o **Relatório de Monitoramento** semestral e o disponibiliza eletronicamente para debate e contribuições do CDES e da **Rede de Observação**;
- O **Comitê Técnico** apresenta anualmente o **Relatório de Observação**;
- O **Conselho Diretor** examina o **Relatório de Observação** e elabora proposta de **Parecer de Observação** (incluindo recomendações);
- O **Conselho Diretor** encaminha ao **Pleno do CDES** o **Relatório de Observação** e a proposta de **Parecer de Observação**;

- O **Pleno do CDES** toma conhecimento do Relatório de Observação e da proposta de Parecer de Observação sobre a situação da eqüidade ou sobre o tema específico tratado;
- O **Pleno do CDES** debate e delibera sobre o **Parecer de Observação**;
- O **Pleno do CDES** encaminha o **Parecer de Observação** ao Presidente da República. O Parecer poderá ser encaminhado: a) por consenso, denominado *acordo*; b) de forma não consensual, porém com aprovação da maioria, denominado *recomendação*; ou c) como *sugestão*, conforme deliberação do Pleno;
- O Pleno do CDES divulga o **Relatório de Observação** e o **Parecer de Observação**.

Definições:

Relatório de Observação: É o resultado técnico do processo de observação, enriquecido com reuniões trimestrais de acompanhamento e com o debate do relatório semestral de monitoramento. É realizado pelo Comitê Técnico, encaminhado ao Conselho Diretor, ao Pleno do CDES e divulgado para a sociedade.

Parecer de Observação: Emite uma **opinião sobre a situação presente** relacionada à situação inicial e às metas pretendidas e pode fazer recomendações (propor políticas e ações). É um documento sugerido pelo Conselho Diretor, que será analisado e aprovado pelo Pleno do CDES; encaminhado ao Presidente da República e divulgado para sociedade.

9. Método de Trabalho do Observatório da Eqüidade

Momento 1: DEFINIÇÃO DO OBJETO

- Cabe ao Pleno do CDES definir qual o objeto (problema ou desafio) a ser tratado, a partir de proposta do Conselho Diretor em conjunto com o Comitê Técnico;
- Caberá ao Conselho Diretor do OE a precisão final da questão a partir das indicações dos Conselheiros e das ponderações técnicas.

Momento 2: MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO INICIAL

- Reunir indicadores capazes de dar o contorno da situação a ser analisada – *não descuidar da questão regional*;
- Promover uma descrição qualitativa e quantitativa do problema;
- Estruturar um fluxograma explicativo com os descritores do problema e suas causas (nós explicativos).

Momento 3: O DESENHO DE FUTURO (considerando-se a Situação Inicial Si)

Sistematizar os objetivos e as metas indicados pelas políticas públicas e ações sociais presentes:

1. na Agenda Nacional de Desenvolvimento;

2. no Plano Plurianual (PPA);
 3. nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM);
 4. nas Metas específicas de Programas e Projetos governamentais e não governamentais;
- Analisar as metas e desagregá-las temporalmente;
 - Indicar a situação intermediária que se pretendia ter viabilizado no tempo da análise (considerar o tempo da informação).

Momento 4: CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE MONITORAMENTO

- Pesquisar e analisar os indicadores existentes;
- Escolher e produzir indicadores;
- Paralelamente, trabalhar no sentido da construção de um indicador-síntese; coligindo indicadores existentes e criando novos (em parceria / intercâmbio com a Fundação France Libertés).

Momento 5: RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

- O Comitê Técnico elabora semestralmente Relatório de Monitoramento com informações e análises parciais;
- Disponibiliza eletronicamente o relatório para conhecimento e contribuições da Rede de Observação.

Momento 6: PARTICIPAÇÃO DA REDE DE OBSERVAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO

- Promover **reuniões trimestrais envolvendo organizações e especialistas (conformando a Rede de Observação do OE)** para debate e análise das informações trabalhadas pelo OE: desde o problema (situação inicial), indicando os objetivos e metas a serem perseguidos, as políticas, programas, projetos e ações em curso ou realizados, o comportamento dos indicadores e as propostas de políticas e ações;
- Criar mecanismos de **participação permanente e sistematização** das contribuições públicas, inclusive por meio eletrônico (parceria IBGE).

Momento 7: RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO E PARECER DE OBSERVAÇÃO

- O Comitê Técnico analisa as contribuições recebidas;
- O Comitê Técnico elabora relatório semestral de monitoramento – disponibilizado eletronicamente para debate e contribuições da Rede de Observação;
- O Comitê Técnico elabora o Relatório de Observação;
- O Conselho Diretor examina o Relatório de Observação;
- O Conselho Diretor do OE elabora a proposta de Parecer de Observação.

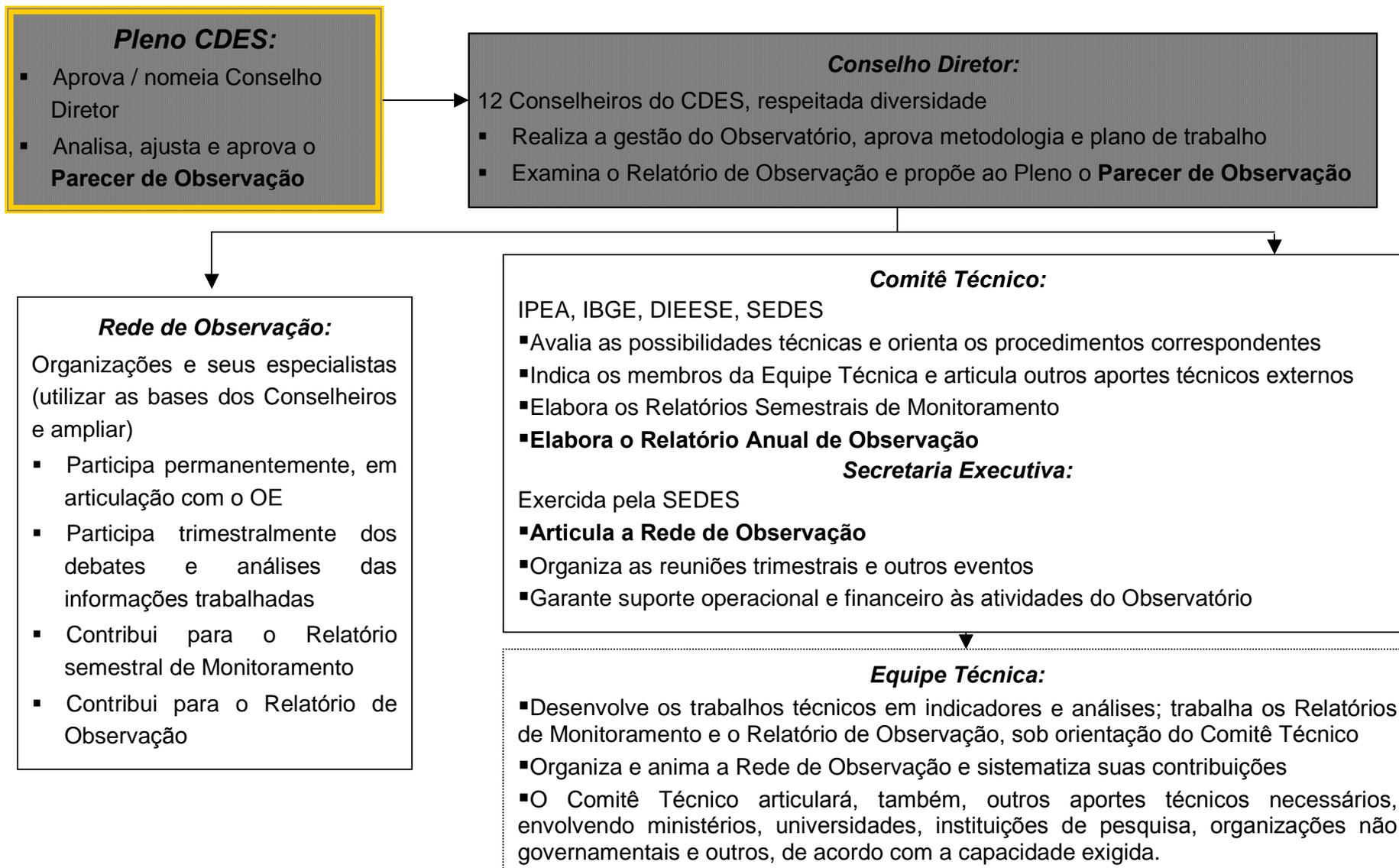
Momento 8: APRESENTAÇÃO AO PLENO CDES

- Apresentação do Relatório de Observação e da proposta de Parecer de Observação;
- Análise e deliberação sobre o Parecer de Observação;
- Encaminhamento do Relatório de Observação e Parecer de Observação ao Presidente da República;
- Divulgação pública do Relatório de Observação e do Parecer de Observação.

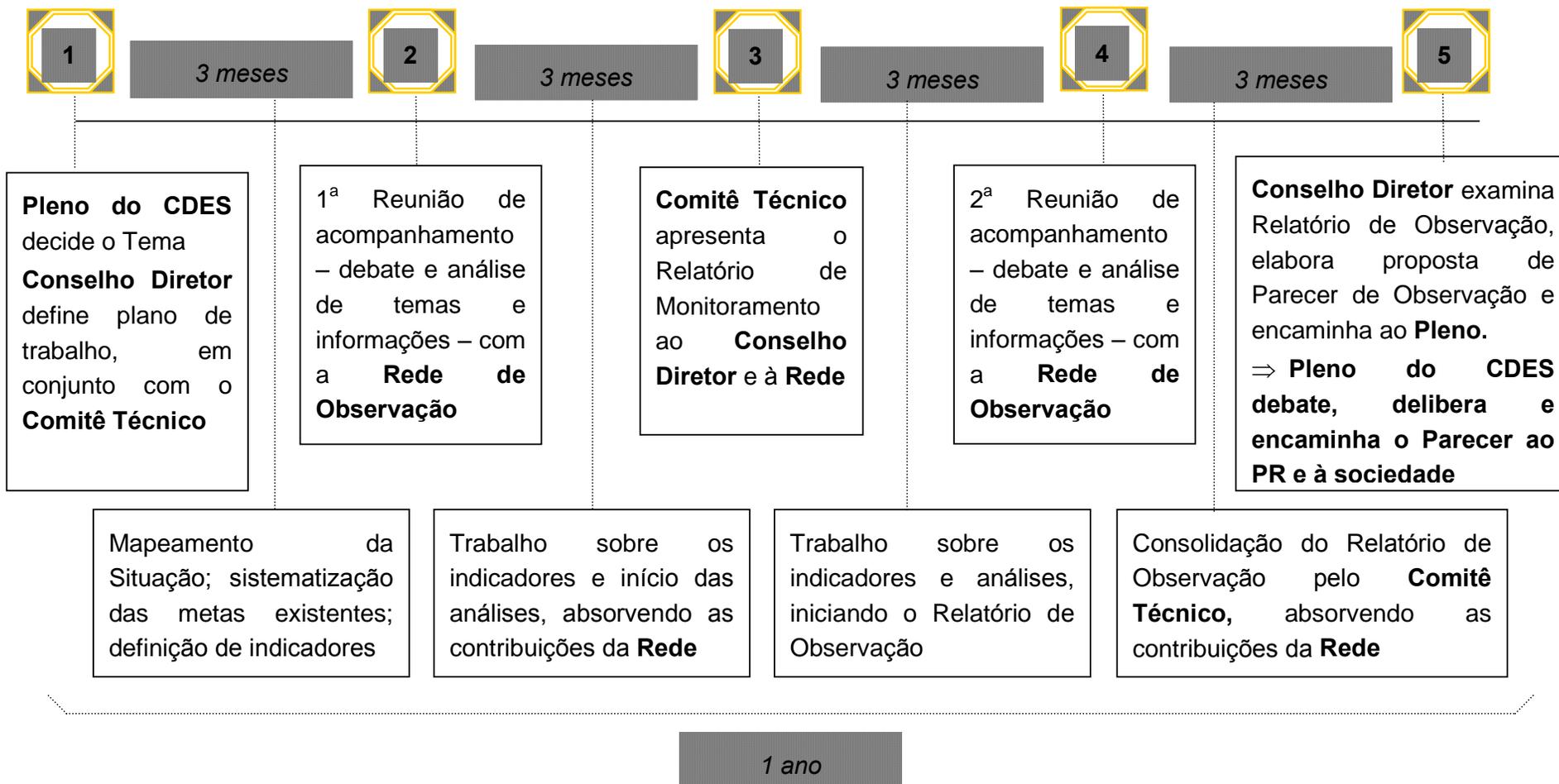
10. Estratégia de Implantação

- Realizar uma experiência-piloto de Observação em **um ciclo de observação de oito meses, com duas reuniões de acompanhamento e um Relatório de Observação debatido com a Rede de Observação**, seguindo os momentos indicados acima;
- O Conselho Diretor em conjunto com o Comitê Técnico propõem o plano de trabalho da experiência-piloto;
- Desenvolver na experiência piloto cada procedimento metodológico, registrando-o;
- Avaliar a experiência e consolidar a estruturação do OE.

11. Estrutura Geral do OE



12. Linha de Tempo – Operação do OE



CONSELHO DIRETOR DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

- 1 **Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues** – Presidente do Sindicato Metalúrgicos Osasco
- 2 **Conselheiro José Antônio Moroni** – membro do colegiado de gestão do INESC e diretor de relações institucionais da ABONG
- 3 **Conselheira Juçara Maria Dutra Vieira** – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE
- 4 **Conselheiro Júlio Barbosa de Aquino** – Coordenador Regional do Conselho Nacional de Seringueiros
- 5 **Conselheiro Naomar Monteiro de Almeida Filho** – Reitor da Universidade Federal da Bahia
- 6 **Conselheiro Maurílio Biagi Filho** – Presidente da Maubisa Agricultura Ltda, Presidente da Usina Moema, Conselheiro da Única – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, Conselheiro da ABDIB – Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base
- 7 **Conselheiro Oded Grajew** – Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- 8 **Conselheiro Patrus Ananias** – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- 9 **Conselheira Sônia Maria Fleury Teixeira** – Professora da EBAPE da Fundação Getúlio Vargas
- 10 **Conselheiro Tarso Genro** – Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais
- 11 **Conselheira Viviane Senna Lalli** – Presidente do Instituto Ayrton Senna
- 12 **Conselheira Zilda Arns Neumann** – Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

COMITÊ TÉCNICO DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

- **Clemente Ganz Lúcio** – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE
- **Esther Bemerguy** – Secretária da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES
- **Anna Peliano** - Diretora de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- **Ana Lúcia Sabóia** - Gerente de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO DA EQÜIDADE

- 1 **Conselheiro Clemente Ganz Lucio** – Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE
- 2 **Conselheira Gisela Gorovitz** – 1ª Coordenadora da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES
- 3 **Conselheiro José Antônio Moroni** – membro do colegiado de gestão do INESC e diretor de relações institucionais da ABONG
- 4 **Conselheiro Oded Grajew** – Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- 5 **Conselheiro Paulo Vellinho** – Presidente do Conselho da Avipal S/A Avicultura e Agropecuária, membro da Associação Gaúcha de Avicultura
- 6 **Conselheiro Sérgio Haddad** – Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG
- 7 **Conselheira Sônia Maria Fleury Teixeira** – Professora da EBAPE da Fundação Getúlio Vargas
- 8 **Conselheira Zilda Arns Neumann** – Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança

Convidados:

- Ministra Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República
- Miriam Belchior, Subchefe de Articulação e Monitoramentos da Casa Civil da Presidência da República
- Anna Peliano, Diretora de Políticas Sociais do IPEA
- Ana Lúcia Saboia, Gerente de Indicadores Sociais do IBGE
- Rômulo Paes de Sousa, Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Francisco Gaetani, Coordenador da Unidade de Governo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
- André Abreu, representante da Fundação “France Libertés”
- Paula Montagner – Ministério do Trabalho e Emprego
- Roberto Passos Nogueira, Sergei Soares Dillon Soares, e Maria Martha de Menezes C. Cassiolato – IPEA
- Francisco Oliveira, Lílian Marques - DIEESE
- Valéria Rezende – Ministério do Planejamento
- José João Lanceiro da Palma – Ministério da Saúde
- Inajara Ferreira, Karine Rockenbach, Carla D' Lourdes do Nascimento – Ministério da Educação
- Eduardo da Silva Pereira – Ministério da Previdência
- José João Lanceiro da Palma – Ministério da Saúde
- Daniel Ximenes - Casa Civil

ATIVIDADES REALIZADAS

1. Reunião Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais – GAPS – do CDES

Data - 20/09/2005, Palácio do Planalto, Brasília

Encaminhamentos:

- Composto um Grupo de Trabalho do GAPS, para debater e construir a proposta do Observatório da Equidade do CDES.
- O GT também contará com a participação do IPEA, IBGE, DIEESE, Fundação Francé Liberté e dos Ministérios: Desenvolvimento Social, Educação, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Planejamento e Saúde.

2. Reunião GT Observatório da Equidade

Data - 05/10/2005, Palácio do Planalto, Brasília

Encaminhamentos:

- Acordadas as bases do Projeto.
- Deliberada uma reunião entre o IBGE, IPEA e DIEESE para detalhar tecnicamente a proposta.

3. Reunião para Detalhamento Técnico da Proposta

Data – 17/10/2005, IBGE – Rio de Janeiro

Encaminhamentos:

- Elaborado o Projeto detalhado a ser apresentado e debatido no GT Observatório da Equidade do CDES.

4. Reunião GT Observatório da Equidade

Data - 25/10/2005, Palácio do Planalto, Brasília

Encaminhamentos:

- Apresentado Projeto detalhado.
- Sugeridos pontos para aprofundamento até a próxima reunião do GT, quando deverá ser consolidado o Projeto para ser encaminhado ao Pleno do CDES.

5. Reunião GT Observatório da Eqüidade

Data - 18/01/2006, Palácio do Itamaraty, Brasília

Encaminhamentos:

- Exposição sobre a proposta de fluxo do Observatório.
- Pontos principais da discussão:
 - O Observatório como instrumento de suporte para as análises, proposições e deliberações do CDES;
 - O Observatório se estabelecerá através da qualidade dos relatórios e de sua capacidade de criarem vínculos com a sociedade;
 - Conselho Diretor do OE – até 12 Conselheiros, respeitando diversidade;
 - Rede de Observação do OE – contribuição aos debates e papel de difundir nos diversos segmentos da sociedade as informações / indicadores / relatórios / pareceres do OE;
 - Propostas um relatório anual de observação; um relatório semestral de monitoramento e reuniões trimestrais com a Rede de Observação;
 - Disseminar a informação para a base, fazendo com que os resultados das observações cheguem até os agentes que estão executando as ações nos municípios e nas comunidades;
 - Considerar as disparidades regionais nas observações e os atores regionais (observatórios e outros) na constituição da Rede;
 - Trabalhar no sentido da construção de um indicador sintético (ver experiência do BIP 40);
 - Envolver organismos internacionais – PNUD, OIT, UNICEF e outros – para apoio e cooperação técnica.

6. Reunião GT Observatório da Eqüidade

Data - 16/03/2006, Centro de Formação do Banco do Brasil, Brasília

Encaminhamentos:

- Consolidado o Projeto para ser encaminhado ao Pleno do CDES.

7. 16ª Reunião do Pleno do CDES

Data - 23/03/2006, Palácio do Planalto, Brasília

- Apresentação do Projeto Observatório da Eqüidade.
- Aprovação por consenso.